A NOMEAÇÃO DOS MINISTROS DO STF: uma ofensa a separação dos poderes?

AMANDA CAROLINE DIAS GONÇALVES¹⁹
RENATO DE SOUZA NUNES²⁰

RESUMO

Introdução: O presente artigo tem por escopo analisar o princípio da separação dos poderes e a validade do sistema de freios e contrapesos a partir do modelo vigente de nomeação dos ministros do Supremo Tribunal federal, averiguando suas possíveis falhas no atual contexto político do Brasil. **Objetivo:** Pretende ainda sondar os modelos no direito comparado e ponderar acerca do problema de ingerência indevida do poder executivo no judiciário. Aventa-se como hipótese que, o atual modelo de eleição dos ministros pode configurar-se em grave inobservância ao princípio da independência orgânica, uma vez que são colocados ministros na Corte Suprema com cunho unicamente político, de forma a manipular suas futuras decisões a favor do governo. **Material e Métodos:** Empregará como metodologia a sistemática do raciocínio dedutivo a partir do levantamento e análise de material bibliográfico. **Resultados:** Considera-se necessária uma urgente mudança nesse aspecto de modo a garantir a autonomia e independência necessária ao exercício efetivo das funções estatais, livre de um ambiente propício a corrupção, fortalecendo o Estado Democrático de direito como garantidor de liberdades públicas e fundamentais. **Conclusão:** Conclui-se que, a nomeação dos ministros do STF pelo chefe do poder executivo e posterior aprovação no Senado não afronta o princípio da Separação dos poderes, visto que, em sua essência a teoria da divisão das funções estatais previa a interferência de um poder no outro de modo a contrabalancear a divisão do poder de um Estado, apresenta-se, todavia, como um problema pragmático de cunho teórico e político.

Palavras chave: Autonomia e Independência. Controle por reciprocidade. Separação dos poderes. Supremo Tribunal Federal.

THE APPOINTMENT OF THE STF MINISTERS: AN OFFENSE TO THE SEPARATION OF THE POWERS?

ABSTRACT

Introduction: The purpose of this article is to analyze the principle of separation of powers and the validity of the system of checks and balances based on the current model of appointment of ministers of the Federal Supreme Court, investigating their possible failures in the current political context of Brasil. **Objective (s):** It intends to fathom the models in comparative law

---

¹⁹ Aluna graduada em direito pelo Centro Universitário do Cerrado - UNICERP. Especializando em direito penal e processo penal pela UniBF. Trabalho desenvolvido na modalidade voluntária pelo ProIc. Patrocínio/MG. Endereço eletrônico: amandadiasg@outlook.com

²⁰ Professor orientador ProIc. Mestre em direito pela UFU/MG. Pós-graduado em direito civil e direito penal. Advogado. Professor universitário no Centro Universitário do Cerrado –UNICERP e orientador do projeto de iniciação científica. Patos de Minas/MG. Endereço eletrônico: renato@unicerp.edu.br

and to ponder about the problem of undue interference of the executive power in the judiciary. It is hypothesized that the current model of election of ministers can be configured in serious non-compliance with the principle of organic independence, instead of placing ministers in the Supreme Court with a purely political character, in order to manipulate their future decisions in favor of the government. **Material and Methods:** Will employ as a methodology the systematic of deductive reasoning from the collection and analysis of bibliographic material. **Results:** It was considered necessary an urgent change in this aspect in order to guarantee the autonomy and independence necessary for the effective exercise of the functions state institutions free of an environment conducive to corruption, strengthening the Democratic State of law as guarantor of public and fundamental freedoms. **Conclusion:** It is concluded that the appointment of STF ministers by the head of the executive branch and subsequent approval in the Senate does not contradict the principle of separation of powers, since, in essence, the theory of the division of state functions provided for the interference of a power in the the other, in order to counterbalance the division of the power of a State, presents itself, however, as a pragmatic problem of theoretical and political nature.

Keywords: Autonomy and Independence. Control by reciprocity. Federal Supreme Court. Separation of powers.

INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil adotou a separação das funções estatais ao afirmar no artigo 2º da Constituição Cidadã que são independentes e harmônicos: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário e ainda ao consagrar no artigo 60 §4º tal divisão como cláusula pétrea, insuscetível de alteração por emenda constitucional.²¹

O poder é elemento essencial do Estado. Uma sociedade estatal não pode existir sem o poder, que deve também ser revestido de soberania. Nesse sentido, o Poder do Estado além de soberano é uno e indivisível, de forma alguma suporta cisões. Todavia, os estados contemporâneos são organizados em funções, o que denomina-se “separação dos poderes” embora se trate de uma separação de tarefas estatais em legisladora, executória e julgadora (DALLARI, 1998, p. 42), muito embora por razões didáticas adquirir-se-á em alguns momentos deste trabalho o termo “separação dos poderes”, para uma melhor compreensão.

Concernente a tais funções estatais, estas são divididas em típicas e atípicas, sendo que, as funções típicas são desenvolvidas por cada um dos poderes de maneira plena e independente cercadas de garantias para que um poder não interfira na função típica do outro. Nada obstante, a mesma teoria que delimita as funções próprias de cada poder também indica que, ocasionalmente um poder realize a função do outro, atipicamente, com o intuito específico de

---

²¹ “§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: III - a separação dos Poderes;”

contenção recíproca.

Nesse interim, o sistema de controle recíproco, abordado em capítulo próprio adiante, prevê que, os ministros do STF, corte suprema do Poder Judiciário, são cooptados não pelo próprio Tribunal, senão pelo chefe do poder Executivo.

Partindo deste pressuposto, o atual modelo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal por meio de nomeação do Presidente da República e aprovação do Senado faz com que surja o problema da pesquisa: a nomeação dos ministros do STF afronta o princípio da independência orgânica, elemento essencial da separação dos poderes, na medida em que o executivo e o legislativo interferem numa escolha que pelo princípio da independência caberia ao próprio judiciário?

O tema proposto ainda não tem consenso na doutrina, uma vez que vem sendo amplamente criticado, sendo objeto de várias propostas de emenda constitucional nos últimos anos, entre elas a PEC 473/2001 que propunha alternar entre o Presidente da República e o Congresso Nacional a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e a PEC 68/2005 que tinha como moção a escolha através de uma lista sêxtupla esta, formada por duas indicações dos órgãos de representação da magistratura, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil em seguida a escolha seria realizada pelo próprio plenário do STF e só então atuaria o Presidente da República através da nomeação.

Como hipótese, aventa-se que este atual modelo de eleição dos ministros pode configurar-se em grave inobservância ao princípio da independência orgânica, uma vez que são colocados ministros na Corte Suprema com cunho unicamente político, de forma a manipular suas futuras decisões a favor do governo.

A presente pesquisa se justifica, tendo em vista a atual crise política instada no país, na qual se vê uma intensa disputa entre os poderes da federação. Assim, verifica-se a contemporaneidade da pesquisa, bem como a necessidade da mesma, como forma de tentar traçar trilhas para a solução do problema apresentado.

O presente artigo tem por objetivo geral, fazer uma análise do modelo vigente de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, avaliando se há ou não incompatibilidade com os ideais de autonomia e independência entre os poderes.

Pretende ainda questionar a validade do sistema de freios e contrapesos na maneira pela qual é admitido na Constituição da República Federativa do Brasil no que tange à participação da Presidência da República na investidura dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenrolar do tema tornou-se mais viável a utilização do método dedutivo de pesquisa, tendo em vista o emprego de pressupostos válidos para a partir deles efetivar conclusões formais. Para Mezzaroba e Monteiro (2003) o método dedutivo parte de argumentos gerais para argumentos particulares, dessa maneira é oportuno sua aplicação para a obtenção de uma diretriz de pensamento mais formal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A TRIPARTIÇÃO DAS FUNÇÕES ESTATAIS

[...] todo homem que tem poder é levado a abusar dele. Vai até onde encontrar limites. Quem diria! A própria virtude precisa de limites. Para que não possam abusar do poder, pela disposição das coisas, o poder freie o poder. (MONTESQUIEU, 1987, p. 136).

É notório que as divisões de tarefas estatais em legislativa, julgadora e executória ganhou destaque nas obras de Montesquieu, especificadamente em “O espírito das leis”, teoria intitulada como a separação dos poderes. Entretanto, sabe-se também que, mais remotamente foi Aristóteles e seus precursores os responsáveis pelos primeiros rascunhos do que vigora hoje entres os países modernos no que tange à separação das funções estatais.

Relata-se que Charles-Louis de Secondat teve como inspiração para sua obra o governo da Inglaterra, pois julgava prósperas as leis daquele país. Descreve Paul de Vissler (1947 *apud* MEDEIROS, 2008, p.197) em sua obra uma das viagens do Barão de Montesquieu à Inglaterra no ano de 1729 e apresenta quão grande foi o espanto do francês ao vislumbrar um cidadão daquele país lendo um jornal local, momento em que desejou a liberdade inglesa.

Quando visitou o reino da Inglaterra, ao curso do ano de 1729, Montesquieu, passeando uma manhã nas ruas da velha Londres, notou um carpinteiro que, numa pausa de seu trabalho, lia a London Gazette. Esta constatação lhe inspirou numerosas reflexões sobre a maturidade e a liberdade políticas do povo inglês. Comparada à França, onde o povo era mantido em um estado de ignorância e de semiservidão, onde os súditos do Rei não dispunham nem da liberdade de palavra, nem de imprensa, onde o fato de desgostar do Monarca

ou de um de seus cortesões fazia um simples cidadão correr o risco de ser ver privado da liberdade. (VISSHER,1947 apud MEDEIROS, 2008, p. 197)

Elegendo a Inglaterra como a pátria rainha da liberdade, Montesquieu buscou descobrir os motivos que faziam de tal nação um modelo em toda Europa, sendo assim, analisou minuciosamente a Constituição inglesa e atestou que a liberdade britânica advinha senão do fato das funções do estado estarem repartidas entre o parlamento legiferante, o rei supremo e a corte julgadora. Montesquieu não arquitetou, entretanto inovou e propagandeou.

Superado o retrógrado absolutismo, os países modernos adotaram a repartição de suas funções estatais, visto que era imprescindível que todo o poder de uma nação não restasse concentrado nas mãos de poucos.

Para tanto, adotando a teoria de Montesquieu, nasceram os poderes legislativo, executivo e judiciário, dotados de funções que lhe são típicas e por vezes atípicas, guarnecidos de imunidades para que pudessem prosperar com autonomia e independência.

No que tange à tais imunidades lecionou João Paulo Pirôpo De Abreu (2012. p. 50) em sua dissertação de mestrado que: “Destarte, a divisão dos poderes políticos do Estado pressupõe dois elementos: especialização funcional e independência orgânica, uma vez que os poderes políticos devem atuar de forma independente, sem subordinação. ”

São independentes pois um não curva face ao outro e são harmônicos pois devem observar o bom trato entre eles. Nesses termos a independência está intimamente ligada a um conceito de imparcialidade, autonomia, na medida em que, os poderes são independentes porque um não está subordinado ao outro e harmônicos à proporção que observam uma mutualidade e solidariedade.

Ao discorrer sobre a separação dos poderes nos tempos hodiernos, José Afonso da Silva (2007, p.109) ressalta que a expansão das atividades estatais deu a ela novos rumos, aduzindo o autor inclusive a respeito da colaboração entre poderes. Nos dizeres de Silva: “A independência dos poderes significa que a investidura das pessoas num órgão do governo não depende da confiança nem da vontade de outros” (SILVA, 2007, p. 110).

Isto posto, considera-se que, a criação da separação dos poderes apresentou-se como uma ruptura do Estado medieval, absolutista, indouto e néscio para a transição rumo a estrutura do Estado moderno, democrático e progressista.

1.1 Controle por reciprocidade

Depreende-se da leitura da obra de Montesquieu que não basta os poderes serem independentes e harmônicos, há a necessidade de colaboração mútua, uma vez que o poder deve frear o poder razão pela qual a Constituição Federal/88 autoriza não raras vezes a intromissão de um poder na esfera do outro.

Nesse sentido, a separação dos poderes não é rígida. Há exceções, as denominadas funções atípicas. Chama-se de sistema de freios e contrapesos a ordem que estabelece a função típica de cada poder e ainda a prerrogativa de controlar os demais.

Esse sistema de intervenção é denominado por Lenza (2014, p.545) de princípio da interpenetração, ou ainda como querem os americanos “Cheks & Ballances” e se funda numa ideia de controle por reciprocidade buscando evitar ao máximo a concentração do poder nas mãos de poucos.

A Carta Magna de 1988 está repleta de momentos em que um poder controla o outro exercendo suas funções atípicas, como por exemplo a edição de medida provisória pelo Presidente da República, a sanção ou veto, a eleição dos ministros do STF, a competência do STF para declarar a inconstitucionalidade de lei etc. Acerca dessa equivalência veja-se: “Com efeito, cada órgão exerce funções preponderantes (típicas) e secundárias (atípicas) podendo-se afirmar a existência de duas formas de distribuição do poder: distribuição funcional do poder e distribuição organizacional do poder.” (TEIXEIRA,2012, p.17)

Entretanto, para que esse sistema funcione bem é necessário que cada poder conte com ampla independência possível através de imunidades e garantias.

Nesse interim, a Constituição oferece prerrogativas para a independência do judiciário de forma sublime lhe dando autonomia administrativa e financeira além de garantias como a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios, para que possam decidir livremente.

Portanto é função típica do poder judiciário julgar, ou seja, aplicar as normas jurídicas ao caso concreto elucidando as lides. Tem-se por funções atípicas decorrentes do próprio princípio da separação dos poderes: legislar de modo a elaborar seu regimento interno, administrar gerenciando suas secretarias, e o poder de organizar-se internamente, promover seus regimentos internos e orçamentos sem imisção de qualquer outro poder.

No que diz respeito ao STF essa necessidade vislumbra-se ainda mais claramente sendo o Pretório Excelso o guardião da Constituição. Bulos (2007, p.1063) assevera: “O Supremo foi criado para ser inacessível às influências da desordem, das paixões, dos interesses e das inclinações corruptíveis”.

De mesma convicção compratilha Sérgio Teixeira: “É condição indispensável, para que a Suprema Corte realize seus misteres, sua condição de independência e imparcialidade”. (TEIXEIRA, 2012, p.32).

Isto posto, evidencia-se a exigência de independência do poder judiciário em especial da Suprema Corte Brasileira, ao passo que qualquer interferência indevida dos outros poderes coloca em xeque a estabilidade do Estado Democrático de Direito como preservador de garantias fundamentais e liberdades públicas e a segurança das relações jurídicas.

2. O MODELO DE ESCOLHA DOS MINISTROS DO STF

Os parâmetros para a escolha dos ministros do STF estão dispostos no artigo 101 da Constituição federal, ao definir que o Supremo será composto por 11 ministros de idade entre 35 e 65 anos de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pela Presidência da República e aprovados por maioria absoluta do Senado Federal.

O Supremo Tribunal Federal Brasileiro foi criado com clara inspiração na Suprema Corte Americana. Relata Alexandre de Moraes (2005, p. 40) que, durante o governo republicano provisório, Dom Pedro II encomendou uma viagem aos Estados Unidos à Salvador de Mendonça com o escopo de analisar a Suprema Corte daquele país a fim de se instaurar um instituto semelhante no Brasil o qual pudesse exercer originalmente as funções do poder moderador.

Em julho de 1889, indo Salvador de Mendonça, acompanhado de Lafayette Rodrigues Pereira, despedir-se de Dom Pedro II, a fim de cumprir missão oficial nos Estado Unidos, ouviu do Imperados as seguintes palavras: ‘Estudem com todo cuidado a organização do Supremo Tribunal de Justiça de Washington. Creio que nas funções da Corte Suprema está o segredo do bom funcionamento da Constituição Norte Americana. Quando voltarem, haveremos de ter uma conferência a este respeito. Entre nós as coisas não vão bem, e parece-me que, se pudéssemos criar aqui um Tribunal igual ao Norte Americano, e transferir para ele as atribuições do Poder Moderador da nossa Constituição, ficaria esta melhor. (MORAES, 2005, p.40) *grifo nosso*.

O mesmo zelo relatou Bulos em sua obra (2007, p. 1065): “Os esforços para criar um Supremo Tribunal, no Brasil, iniciaram-se com o Imperador Dom Pedro II, que solicitou, [...] cuidadosos estudos sobre a organização da Corte Suprema dos Estado Unidos da América”.

A partir de então, o decreto n° 848 de 11 de outubro de 1890, promulgado pelo General

Manoel Deodoro da Fonseca, criou o Supremo Tribunal Federal composto originalmente por 15 juízes, escolhidos entre os cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação no Senado Federal.

Insta destacar que, dentre as competências do Supremo Tribunal Federal elencadas no artigo 9º²² do citado decreto, a primeira delas era a de processar e julgar o Presidente da República nos crimes comuns (quanta conveniência!).

Passados anos da criação da Suprema Corte, a constituição de 1988 manteve o modelo de escolha de seus ministros alterando somente a quantidade de ministros que compõem o STF como preceitua o artigo 101 da *Lex Matter*, conservando clara semelhança com o modelo americano.

Nota-se, portanto, ainda hoje uma vinculação ao modelo americano de escolha dos ministros, que se despona retrógrada e antiquada visto que, o sistema de norma brasileiros baseado escola *Civil Law* é ainda hoje, apesar de alguns despontamentos em sentido contrário, essencialmente diferente do sistema americano baseado na tradição *Common Law*.

3. O MODELO DE ESCOLHA DOS MINISTROS DAS CORTES SUPREMAS NO DIREITO COMPARADO

São vários os métodos de escolha dos magistrados dos órgãos singulares e dos órgãos superiores no mundo, tais como a eleição direta, a livre nomeação do executivo, o concurso público, ou a nomeação do executivo condicionada. Há, portanto, em termos de conceituação três modelos de escolha dos magistrados: o técnico burocrático, o empírico-primitivo, e o democrático contemporâneo.

No primeiro modelo há necessidade de seleção técnica e carreira estruturada. É a opção brasileira. O segundo modelo tem por características a admissão dos magistrados tão somente por juízo político. Seguem esse modelo os países latino-americanos com exceção do Brasil. E por fim, quando há um órgão pluralístico e a eleição dos juízes se dá horizontalmente por outros magistrados, fala-se em sistema democrático-contemporâneo.

Para José Vidal (apud BANDEIRA, 2002, p.03) a eleição dos magistrados por concurso público é o meio mais democrático de escolha e também uma garantia do poder judiciário pois

---

²² Art. 9º Compete ao Tribunal:

I. Instruir os processos e julgar em primeira e única instância:

a) o Presidente da República nos crimes comuns;

garante a capacidade dos juízes e eleva o respeito pela classe. De mesmo entendimento compartilha o processualista Celso Barbi que ainda salienta a oportunidade dos bacharéis de classe pobre e média uma vez quem não carrega teor político.

Atualmente doutrinadores e juízes que defendem a extensão da escolha por concurso para a justiça de 2º grau e o fim da “carreira na magistratura”, apresentam a proposta não só para o judiciário mas para todos os poderes.

Passa-se agora a uma breve análise do modelo de escolha dos membros das Cortes Supremas de alguns países. Salienta-se o caráter perfunctório da apreciação posto que, a pesquisa não possui como escopo a apresentação de uma solução ao problema senão uma reflexão crítica.

O tribunal Constitucional Português, é formado por 13 juízes dentre os quais 10 são escolhidos pela Assembleia da República e três nomeados pelo Próprio Tribunal. Já na Corte Italiana a escolha é feita através de cinco indicações do Presidente da República, cinco designações do Parlamento e outras cinco pelas cortes supremas, frisa-se que os ministros podem ser escolhidos entre os juízes, professores de direitos ou advogados com mais de 25 anos de profissão. Na Alemanha a Corte apresenta 16 juízes, metade deles indicados pela Câmara dos deputados (*Bundestag*) e a outra metade pelo Senado (*Bundesrat*).²³

Em sua dissertação de mestrado Joana Pergoraro (2006) destacou que, semelhante ao STF, a Corte Suprema Argentina é composta por ministros indicados pelo Presidente e aprovados pelo Senado em um total de nove membros previsão no artigo 112 da Constituição daquele país, salientou ainda que, a *Suprema Corte de Justicia de la Nación* mexicana é composta por 11 ministros que não pode ter sido Chefe de departamento, governador, deputado ou senador ou secretário de Estado ao menos um ano antes de sua nomeação e são indicados pela Presidência da República em um alista de vários nomes, e um a um se apresentam no Senado para elaboração de parecer e aprovação de 2/3 nessa casa.

Bandeira (2002) ressalta que um país que adota as eleições populares como método de escolha dos ministros dos tribunais é a Suíça que, por sinal tem obtido ótimos resultados. O Tribunal Federal suíço tem papel na uniformização do direito e é composto por 30 juízes com mandato de seis anos permitida a recondução.

O ilustre professor Nelson Nery (2000, p. 24) propôs em sua obra *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal* que: “o Tribunal deveria ser formado por juízes indicados pelos Três Poderes, na proporção de um terço, e com mandato por tempo determinado”. O douto

---

²³ Pesquisa desenvolvida por RIEMSEBERG (2005).

professor Dallari discorda da atual maneira de eleição dos ministros no Brasil:

Seria mais razoável e mais condizente com a democracia, permitir que entidades representativas de advogados, juízes e do Ministério Público, bem como os Tribunais superiores Federais e estaduais, apresentem sugestões de nomes. Entre os três que obtivessem maior número de indicações, o Presidente da República escolheria um nome para ser submetido à aprovação do Senado. Esse procedimento daria publicidade ao processo, evitando a premiação de “amigos do rei” assegurando a legitimidade do escolhido” (DALLARI apud Pergoraro 1996)

Portanto, são inúmeras as alternativas que podem ser adotadas para resolução do problema que aqui almeja exibir, seja observando a norma do direito comparado desde que (claro), a estrutura política do país seja semelhante ao brasileiro, seja inovando na matéria.

3.1 O problema político da ingerência indevida

“Qualquer presidente da República que tenha a prerrogativa de indicar ministros vai escolher alguém que lhe pareça de confiança.” (JAMES MARINS, 2002)

É incontestável que o Supremo Tribunal Federal exerce, além do controle de constitucionalidade, forte papel político com decisões de grande impacto no país. É nesse viés que, acentua-se o problema da pesquisa, vez que, sendo um tribunal acima de tudo político, a escolha de seus componentes deve preocupar-se ao máximo em alcançar objetividade. Como é ressaltado por Tibola (2015, p.11): “[...] o Presidente da República dificilmente escolherá para a “Corte Suprema” um ministro que não esteja alinhado com seus interesses políticos”.

Ocorre que, nem de longe a discussão é recente ou encontra-se previsão para findar-se. Canotilho (2000, p. 663) ao ser citado por Riemseberg (2005, p.16) discorreu que: “a composição de um Tribunal Constitucional, dadas as funções jurídico-políticas a ele atribuídas, é sempre um problema central da organização do Estado, independentemente das dimensões acentuadas na escolha concreta dos juízes”.

De mesma convicção se apresenta Bernard Schwartz (1966, p. 102), em texto anterior à própria Constituição Federal:

Não se pode esperar que o Presidente nomeie indivíduos, por mais importante que sejam, cujos pontos de vista em questão de política pública sejam radicalmente diferentes do seu próprio. Ele tem obrigações políticas e pessoais que, por serem humanas, procurará cumprir por meio da nomeação para Suprema Corte. Além de ser Presidente ele é o líder de um partido político e

terá sempre em mente as suas considerações de ordem partidária.

A discussão reveste-se de contornos ainda mais preocupantes quando vislumbrada sob o ângulo da realidade. Atente-se para o fato de que, recentemente o ilustre jurista Alexandre de Moraes foi nomeado ao cargo para preencher a vaga que pertencia ao ministro Teori Zavascki.

O atual ministro foi nomeado pelo então Presidente da República Michel Temer e confirmado ao cargo na data de 22/02/2017, mesmo em meio à várias polêmicas que cercavam sua nomeação, visto que, é notório suas diretrizes partidárias ao passo que Alexandre de Moraes, no momento de sua nomeação ao cargo de ministro do STF ocupava o de Ministro da Justiça, nomeado pelo mesmo presidente da República.

Não fosse o bastante, o criminalista não só ocuparia a vaga de Teori Zavascki bem como sua função como relator no caso Lava-Jato, onde o nome de Michel Temer aparece por diversas vezes nas delações. Insta salientar que, inobstante às especulações jornalísticas, o próprio Alexandre de Moraes defendeu por diversas vezes, em exímias obras, a alteração no modelo de escolha dos ministros, senão veja-se:

Nessa evolução, seria interessante que a estrutura e composição do Supremo Tribunal Federal se afastasse do modelo americano, aproximando-se do modelo europeu de Tribunais Constitucionais, **por sofrer menos influências políticas do Presidente da República**. [...] dessa forma algumas alterações na composição, forma de investidura, garantias e impedimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal são absolutamente indispensáveis para a preservação de sua legitimidade e ampliação de sua independência e imparcialidade. (MORAES, p.52)

É mister evidenciar que, o que aqui se discute não é o “notável saber jurídico” do atual ministro, posto que, quanto a isso não há controvérsias de que o jurista é preparado ao cargo. O que aqui se deseja expôr é o contexto absurdo em que ocorrera a nomeação.

Outrossim, apresentadas as peculiaridades que contornam o tema, resta clara e inequívoca uma necessidade urgente de mudança no modelo de nomeação de ministros de nossa Corte Constitucional, exatamente pelo fato do STF ser a mais importante instância judiciária do país: “Perante a importância que o STF tem, conforme já abordado, esse procedimento de nomeação do ministro é muito vago, precisamos de algo mais concreto, algo mais seguro para a nomeação de tais ministros” (TIBOLA,2015, p.13)

Conclui-se que, o Princípio da Separação dos Poderes em seu âmago é ainda hoje atual e moderno, mesmo no que concerne ao sistema de freios e contrapesos com a intromissão de um poder na esfera do outro.

Destarte, a proposta de Montesquieu é válida e tenta resolver ao menos em parte o

problema da concentração de poder e das paixões corruptíveis. Entretanto, embora necessária a intervenção recíproca entre legislativo, executivo e judiciário, tem-se que, no que diz respeito à escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que a autonomia faz-se necessária pelo fato de que a Corte atualmente delibera acerca das mais importantes decisões políticas do país, na medida em que, quase tudo deságua no Tribunal Supremo:

Assim, a análise dos capítulos deste trabalho demonstra ser imperiosa a alteração no modo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal a fim de que se retire da exclusiva esfera do Poder Executivo a iniciativa da escolha dos titulares da mais alta corte de justiça do Brasil, democratizando, em decorrência, o processo de composição do órgão de cúpula do Poder Judiciário Brasileiro, o que, certamente, se coaduna com o Princípio da Separação dos Poderes (TEIXEIRA, 2012, p.49)

Em suma, é notório que a influência do Poder Executivo no Judiciário no que concerne a escolha exclusiva dos ministros do STF é um problema fático e real, não pelo fato da designação ser discricionária do Poder executivo, mas sim pelo fato de ser feita unicamente pelo Chefe desse poder sem maiores exigências o que pode resultar e na maioria das vezes resulta, em uma manobra política.

Como se vê, é o sistema da “cooptação”, muito criticado porque dá ensejo a uma possível ingerência política nos destinos da Justiça. Se de um lado não se vislumbra razão para se sustentar o concurso público, como meio de seleção dos juizes da Corte Suprema, de outro, tampouco pode-se concordar com a forma atual, retrógrada, ultrapassada e típica dos regimes autoritários. (GOMES, 1997, p. 179)

Por todo o exposto, encerra-se esse capítulo com uma reflexão despertando sobre uma imediata necessidade de mudança da norma Jurídica em questão, torna-se, portanto, imprescindível a edição de uma emenda à Constituição independentemente do método eleito, desde que mais afeto à estrutura política-organizacional brasileira.

CONCLUSÃO

Conclui-se que, Charles - Louis De Secondat, meio ao movimento “Época das luzes” preocupado em garantir ao povo de uma nação liberdade para que ninguém vivesse em um estado de ignorância, assegurando o progresso do conhecimento, aprimorou o sistema de Separação dos Poderes de maneira semelhante como é conhecido hoje entre os países modernos,

a fim de que a própria virtude controlasse a virtude em um combate ao absolutismo e o autoritarismo.

Em uma perspicaz análise notou-se que o Supremo Tribunal Federal já foi criado no intuito de que seus ministros exercessem a função do poder moderador que incluía as vontades do monarca, ou seja, já foi originado com clara e inequívoca intenção de que a Suprema Corte desse país, não só aprovasse mas também apoiasse as decisões do monarca no intuito de fortalecer o sistema de governo à época, ou nas palavras de Dallari “amigos do rei”.

No que tange ao problema central da pesquisa, resta agora finda a indagação, pois conclui-se que, a nomeação dos ministros do STF pelo chefe do poder executivo e posterior aprovação no Senado não afronta o princípio da Separação dos poderes adotado no artigo 2º da Lex Matter, visto que, em sua essência a teoria da divisão das funções estatais previa a interferência de um poder no outro de modo a contrabalancear a divisão do poder de um Estado nas mãos de muitos.

Todavia, não parece tão simples a conclusão, pois inobstante ao fato do modelo de propositura dos ministros na corte Suprema deste país não ser uma afronta direta à separação dos poderes, apresenta-se todavia, como um problema pragmático de cunho teórico e político.

Desde priscas eras é sabido que o poder tudo corrompe em virtude da condição humana. Desta maneira, é vital a alteração do sistema de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, posto que, deixar a eleição nas mãos de um único homem que detem tanto poder é retroceder à “Idade das Trevas”.

Portanto, vislumbra-se necessária a alteração Constitucional a fim de que a escolha dos magistrados da Suprema Corte não tenha caráter unicamente político, fortalecendo o Estado de Direito e as instituições Democráticas no intuito de conceder liberdade aos indivíduos bem como as demais garantias individuais, construindo uma sociedade livre, justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Paulo Pirôpo De. **A Autonomia Financeira Do Poder Judiciário: Limites Traçados Pelo Princípio Da Independência E Harmonia Dos Poderes**. Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/29982.pdf>> Acesso em 10 jan 2018.

BANDEIRA, Regina Maria Groba. **Seleção dos magistrados no direito pátrio e comparado. Viabilidade Legislativa de eleição direta dos membros do Supremo Tribunal Federal**. Brasília: Câmara dos deputados, 2002. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/arquivos-pdf/pdf/200366.pdf>> Acesso em 28 set 2017.

BRASIL. Câmara dos deputados. **PEC 473/2001**. Dá nova redação ao inciso XIV do art. 84 e ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal. Brasília, DF: 2001. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=42052> Acesso em 02, abr. 2017

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: 2000; apud RIEMSEBERG, Klaus Bayer. **A Escolha dos membros do Supremo Tribunal Federal e das cortes constitucionais no direito comparado**. Curitiba: UFPR, 2005. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45401/M594.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 30 mar 2018.

DALARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 37 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GOMES, L. F. **A dimensão da magistratura no Estado constitucional e democrático de direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 18 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Métodos científicos**. In: _____. Fundamentos de metodologia Científica. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003. Cap.4. P. 83-112.

MEZZAROBA, O; MONTEIRO, C. S. **Tipos de métodos científicos**. In: _____. Manual da metodologia da pesquisa no direito. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Cap. 2. P. 60-84.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Sécondat, baron de la Brède et de. **O espírito das leis**. Tradução por Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2 ed. ver. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. Original publicado em 1748: “De L’Espirit des lois.”

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, Alexandre de. **Jurisdição Constitucional: Breves Notas Comparativas sobre a Estrutura do Supremo Tribunal Federal e a Corte Suprema Norte-Americana**. [S.l]: Sibi, 2005. v. 05, p. 07-32. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/49057>> Acesso em 12 dez 2018.

NERY, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

NEITSCH, Joana. **Escolha de ministros do STF em xeque**. Gazeta do povo. [S.l.] 2002. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-direito/escolha-de-ministros-do-stf-em-xeque-23kxmvtvmia3fe5a20pbgwp5a>. Acesso em 24. Mar. 2017.

PERGORARO, Joana Cristina. **A política na corte: Uma análise da forma de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8673/000585793.pdf?sequence=1> Acesso em 31 jul 2018.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHWARTZ, Bernard. **Direito Constitucional Americano**. Rio de Janeiro: Forense, 1966.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito Constitucional Positivo**. 29 ed. rev. São Paulo: Malheiros, 2007.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 5 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007.

TEIXEIRA, Sérgio Luiz. O procedimento de escolha dos ministros do stf: ingerência do executivo no legislativo? uma análise à luz do princípio da separação de poderes. Brasília: IDP/DF, 2012. (tese de monografia). Disponível em: <http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/432/Monografia_Sergio%20Luiz%20Teixeira.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 15 mar 2018.

TIBOLLA, Diana; BÁREA, Marina. A escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal. [S.l.]: UNOESC, 2015 Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:W3gRdUyBtO4J:https://editora.unoesc.edu.br/index.php/sdc/article/download/7772/4056+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>> Acesso em 22 fev 2018.

VIDAL, José. **O Poder Judiciário - A Magistratura e os Sistemas de Escolha dos Juízes**. Mato Grosso: 1981 *apud* BANDEIRA, Regina Maria Groba. Seleção dos magistrados no direito pátrio e comparado. Viabilidade Legislativa de eleição direta dos membros do Supremo Tribunal Federal. Brasília: Câmara dos deputados, 2002. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/arquivos-pdf/pdf/200366.pdf>> Acesso em 28 set 2017.

VISSCHER, Paul de. **Les nouvelles tendances da la democratie anglaise**. Tournai: Casterman, 1947 *apud* MEDEIROS, Fabrício Juliano Mendes. Separação de poderes: De doutrina liberal a princípio Constitucional. Brasília: Revista de informação legislativa, 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176530>> Acesso em 15 abr 2018.